

117302
11733

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA
CONCESSIONÁRIA RIO MAIS S.A.

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto de sua respectiva primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória ("Debêntures"):

CONCESSIONÁRIA RIO MAIS S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliário ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Paisagista José Silva de Azevedo Neto, 200, bloco 4, sala 202, CEP 22775-056, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o n° 15.404.443/0001-15, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia" ou "Emissora");

- II. como fiadoras e principais pagadoras das Debêntures:

ANDRADE GUTIERREZ S.A., companhia com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno n° 8.123, CEP 30110-937, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 17.262.197/0001-30, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("AG");

CARVALHO HOSKEN S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, companhia com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.430, grs, 201 a 202, CEP 22640-102, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n° 33.342.023/0001-33, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("CH");

ODEBRECHT S.A., companhia com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Luis Viana, Paralela, 2841, CEP 41730-900, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 05.144.757/0001-72, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("ODB");

ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., companhia com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n° 300, 11° andar – parte, Botafogo, CEP: 22.250-040, inscrita no CNPJ/MF n° 07.668.258/0001-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, ("OPI" e, em conjunto com a AG, a CH e a ODB, denominadas, "Fiadoras", sendo cada uma individualmente denominada "Fiadora"; e



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

- III. como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4200 – Bloco 04 – Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, ("Agente Fiduciário" ou "Pentágono" e, em conjunto com a Companhia e as Fiadoras denominados como "Partes");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A (i) emissão das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"); (ii) oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976 ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); e (iii) a outorga das fianças, será realizada com base nas deliberações:

- I. da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 10 de dezembro de 2012 ("AGE da Companhia");
- II. da reunião do conselho de administração da ODB realizada em 23 de novembro de 2012 ("RCA da ODB"); e
- III. da reunião de diretoria da OPI realizada em 10 de dezembro de 2012 ("RD da OPI").

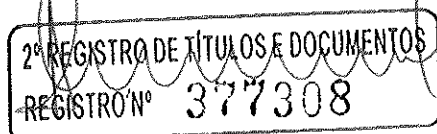
- 1.2 A Fiança AG (abaixo definido) é outorgada pela AG com base no artigo 13 do estatuto social da AG, o qual permite que a diretoria preste a fiança nas Debêntures sem necessidade de ato societário da AG.

- 1.3 A Fiança CH (abaixo definido) é outorgada pela CH com base no parágrafo 3º do artigo 8º do estatuto social da CH, o qual permite que a diretoria preste a fiança nas Debêntures sem necessidade de ato societário da CH.

2. REQUISITOS

- 2.1 A Emissão, a Oferta e a outorga das fianças serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

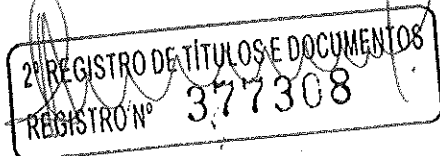
- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações:



Assinatura

Assinatura

- (a) a ata da AGE da Companhia será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Valor Econômico"; e
- (b) a ata da RCA da ODB foi arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 3 de dezembro de 2012.
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão e seus aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, tendo em vista as fianças concedidas, a presente Escritura de Emissão será registrada nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Comarca da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e da Comarca da Cidade de Salvador, Estado da Bahia;
- III. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- IV. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para, observado o disposto na Cláusula 5.6 abaixo, negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- V. *registro na CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, não sendo objeto de protocolo, registro ou arquivamento na CVM, exceto pelo envio de comunicação de encerramento da Oferta Pública com Esforços Restritos à CVM, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476; e
- VI. *registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores



Mobiliários", a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social (i) a prestação de serviços, cumulada com a execução de obras, necessárias à implantação, operação e manutenção do Parque Olímpico no Município do Rio de Janeiro, para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 ("Empreendimento"); e (ii) a exploração imobiliária do imóvel da contraprestação, direta ou indiretamente, incluindo por intermédio de subsidiárias criadas pela Cia ou por quaisquer das formas admitidas em lei, nos termos da cláusula 22.1.1 e demais disposições do Edital de Concessão nº CO-001/2011, tudo em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato PPP"), celebrado em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria Municipal da Casa Civil ("Poder Concedente").

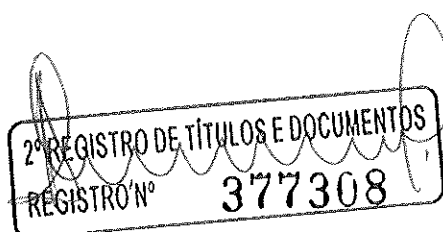
4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta serão integralmente utilizados, dentro da gestão ordinária de seus negócios, no financiamento de curto prazo para a implantação do Empreendimento.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme, individual e não solidária, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, sob o Regime de Garantia Firme, da Concessionária Rio Mais S.A." ("Contrato de Distribuição"), com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Bradesco BBI S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), ambas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

- 5.2 *Plano de Colocação e Procedimento de Distribuição.* Os Coordenadores organizarão, de comum acordo com a Companhia, a colocação das Debêntures perante os Investidores Qualificados, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução CVM 476 ("Plano de Colocação"),

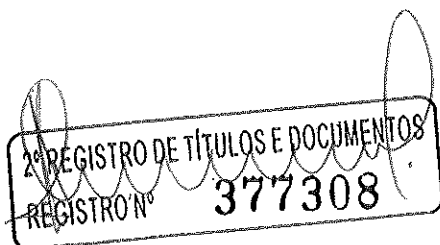


Handwritten signature/initials.

Handwritten signature/initials.

conforme previsto no Contrato de Distribuição, o qual será fixado mediante os seguintes termos:

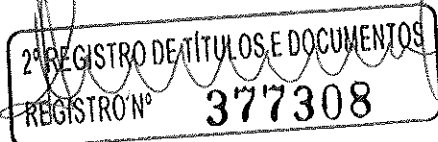
- I. serão considerados Investidores Qualificados: (i) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, que obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- II. não será permitida a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, rádio, televisão, e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;
- III. o público alvo da Oferta é composto exclusivamente por Investidores Qualificados;
- IV. somente será permitida a procura, pelos Coordenadores, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados;
- V. as Debêntures somente poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;
- VI. os fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nos incisos IV e V acima;
- VII. não existirão reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial e estratégica dos Coordenadores e da Companhia, observado, entretanto, que os Coordenadores (i) comprometem-se a direcionar a Oferta para Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; e (ii) observarão os limites descritos nos incisos IV e V acima;
- VIII. não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Também não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário;
- IX. não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta; e



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

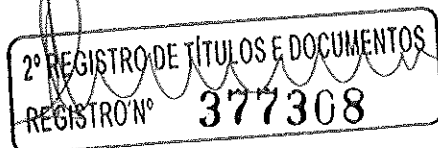
- X. serão atendidos os clientes dos Coordenadores que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação dos Coordenadores com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes dos Coordenadores, desde que (i) tais investidores sejam considerados Investidores Qualificados e atestem seus conhecimentos e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures, e (ii) sejam respeitados os limites previstos nos incisos IV e V acima.
- 5.3 *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
- 5.4 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do SDT, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definida na Cláusula 6.15 abaixo, calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.12 abaixo) até a Data de Integralização).
- 5.5 *Declaração de Subscrição.* No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estarem cientes que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.
- 5.6 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.
6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES
- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão pública de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Oferta.* O valor total da Oferta será de R\$315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais) na Data de Emissão.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 31.500 (trinta e uma mil e quinhentas) Debêntures.



1000

Handwritten signatures and initials.

- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"), devendo ser observado o disposto no artigo 4º, inciso II da Instrução CVM 476.
- 6.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Instituição Escrituradora.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Instituição Escrituradora").
- 6.8 *Banco Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de banco mandatário das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, nem especificando bens para garantir eventual execução, com garantia fidejussória, nos termos da Cláusula 6.11 abaixo.
- 6.11 *Garantia Fidejussória.* Cada Fiadora, neste ato, obriga-se, solidariamente com a Companhia, mas separadamente e em caráter não solidário com as outras Fiadoras, nas proporções descritas abaixo, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e responsável por todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil Brasileiro, pelo pagamento do equivalente a



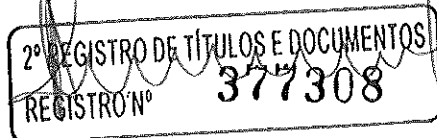
7

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

33,30% (trinta e três inteiros e trinta centésimos por cento), no caso da AG, do equivalente a 33,30% (trinta e três inteiros e trinta centésimos por cento), no caso da CH, e do equivalente a 33,40% (trinta e três inteiros e quarenta centésimos por cento), no caso da OPI ou da ODB, respeitado o disposto na Cláusula 6.11.1 abaixo, de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como, pelo pagamento na mesma proporção mencionada acima, de todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão (inclusive honorários advocatícios) ("Fiança AG", "Fiança CH", "Fiança OPI" e "Fiança ODB", respectivamente e, em conjunto, "Fianças"). Cada Fiadora declaradamente se reserva o benefício previsto no artigo 829 do Código Civil.

- 6.11.1 Inobstante o disposto na Cláusula 6.11 acima, os Debenturistas (seus cessionários ou endossatários) se comprometem a somente excutir a Fiança ODB após terem demandado por escrito a Fiadora OPI e desde que esta não satisfaça os créditos demandados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da demanda para esse efeito.
- 6.11.2 Não obstante o disposto na Cláusula 6.11 acima, fica autorizada, desde já, a substituição, por qualquer das Fiadoras, a qualquer tempo, de parte das Fianças ora outorgadas, até o limite de 49% (quarenta e nove por cento) de cada Fiança prestada por cada Fiadora, por fiança bancária, mediante a contratação de carta de fiança a ser emitida por qualquer uma das seguintes instituições financeiras: Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal, observado, entretanto, o limite de 20% (vinte por cento) do total da dívida de concentração de fiança bancária por cada uma das instituições financeiras elencadas.
- 6.11.3 Exclusivamente na hipótese da ocorrência do disposto na Cláusula 6.26 abaixo, o limite de 49% (quarenta e nove por cento) estabelecido na Cláusula 6.11.2 acima poderá ser excedido, devendo, entretanto, ser observado o limite de 20% (vinte por cento) do total da dívida de concentração de fiança bancária por instituição financeira.
- 6.11.4 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, das Fianças, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos nos termos desta Escritura de Emissão, respeitados os prazos de cura aqui previstos. As Fianças poderão ser excutidas e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

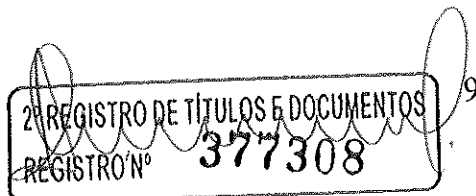
efetiva quitação de todas as obrigações garantidas, sendo certo que a não execução das Fianças por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução das Fianças pelos Debenturistas.

6.11.5 As Fianças entrarão em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerão válidas até o pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios, devidos pela Companhia e pelas Fiadoras nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão.

6.11.6 Cada Fiadora, desde já, concorda e se obriga a, (i) somente após a integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, exigir e/ou demandar a Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão antes da integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 3 (três) dias úteis (conforme definido na Cláusula 6.24 abaixo) contados da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

(i) Em 31 de outubro de 2012 o patrimônio líquido da AG era de R\$4.173.401.144,17 (quatro bilhões, cento e setenta e três milhões, quatrocentos e um mil, cento e quarenta e quatro reais e dezessete centavos), suficiente para quitar, conforme a Fiança AG, sua respectiva porção do saldo devedor das Debêntures em caso de inadimplência da Companhia; (ii) em 31 de dezembro de 2011 o patrimônio líquido da CH era de aproximadamente R\$15.383.501.000,00 (quinze bilhões, trezentos e oitenta e três milhões, quinhentos e um mil reais), suficiente para quitar, conforme a Fiança CH, sua respectiva porção do saldo devedor das Debêntures em caso de inadimplência da Companhia; (iii) em 31 de outubro de 2012 o patrimônio líquido da ODB era de aproximadamente R\$7.652.877.000,00 (sete bilhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões e oitocentos e setenta e sete mil reais), suficiente para quitar, conforme a Fiança ODB, sua respectiva porção do saldo devedor das Debêntures em caso de inadimplência da Companhia; e (iv) em 31 de outubro de 2012 o patrimônio líquido da OPI era de aproximadamente R\$462.779.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois milhões, setecentos e setenta e nove mil reais), suficiente para quitar, conforme a Fiança OPI, sua respectiva porção do saldo devedor das Debêntures em caso de inadimplência da Companhia.

6.12 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 18 de dezembro de 2012 ("Data de Emissão").



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

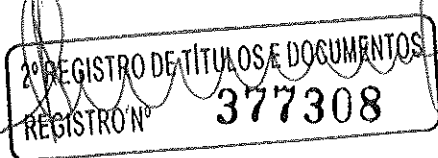
[Handwritten signature]

- 6.13 *Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, as Debêntures vencerão em 18 de junho de 2014 ("Data de Vencimento").
- 6.14 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 6.15 *Remuneração.* As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir:
- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado; e
 - II. *juros remuneratórios:* sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extragrupo, expressa na forma percentual ao ano – base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 0,73% (setenta e três centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento. Farão jus aos pagamentos, incluindo o da Remuneração e o do Valor Nominal Unitário, os titulares das Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde,

J = valor unitário dos juros, devido na data de seu efetivo pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;



DL

Handwritten signatures and initials.

VNe = Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

$k = 1, 2, \dots, n$;

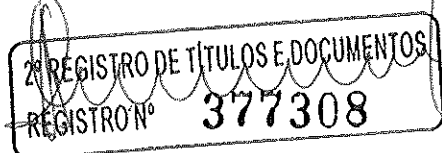
DI_k = Taxa DI-Over, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde,

$\text{spread} = 0,7300$; e



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

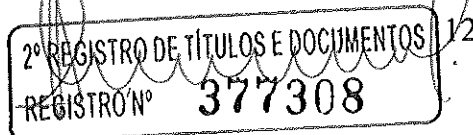
n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo " n " um número inteiro;

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

6.15.1 *Indisponibilidade temporária da Taxa DI.* Observado o disposto na Cláusula 6.15.2 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, em sua substituição, para apuração de " TDI_k ", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia ou das Fiadoras quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

6.15.2 *Indisponibilidade da Taxa DI.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de

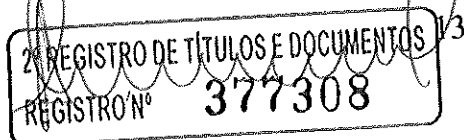


Handwritten signature

Handwritten signature

aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário brasileiro vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia ou as Fiadoras e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

- 6.15.3 As Fiadoras desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 6.15.1 e 6.15.2 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança AG, a Fiança CH, a Fiança OPI e a Fiança ODB, nas suas respectivas proporções, válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Companhia de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Companhia, de tal



10/03/03

Handwritten signatures and initials, including a large 'X' and a signature that appears to be 'WMA'.

obrigação. As Fiadoras desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 6.15.2 acima:

6.16 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

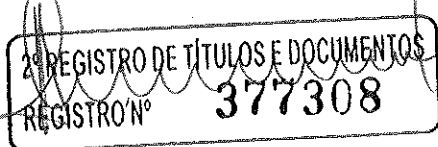
6.17 *Resgate Antecipado Facultativo Total ou Parcial.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir de 18 de junho de 2013 (exclusive), e com aviso prévio aos Debenturistas ("Comunicação de Resgate"), ao Agente Fiduciário, à Instituição Escriuturadora, ao Banco Mandatário e à CETIP, de 5 (cinco) dias úteis da data do evento, o resgate antecipado, parcial ou total, das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado"), mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação resgatadas, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, (i) acrescido de prêmio incidente sobre o valor do Resgate Antecipado, (sendo que o valor do Resgate Antecipado significa o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento), correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) *flat*, caso o Resgate Antecipado ocorra entre 18 de junho de 2013 (exclusive) e 18 de dezembro de 2013 (inclusive); ou (ii) sem qualquer prêmio ou penalidade, caso o Resgate Antecipado ocorra após 18 de dezembro de 2013 (exclusive).

6.17.1 A Comunicação de Resgate deverá ser publicada nos termos da Cláusula 6.27 abaixo e constará, no mínimo, (a) a data do efetivo Resgate Antecipado; (b) se o Resgate Antecipado será realizado de forma total ou parcial; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

6.17.1 A data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um dia útil.

6.17.3 Na hipótese de Resgate Antecipado parcial adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, dispensado caso haja apenas um debenturista. A operacionalização do Resgate Antecipado parcial dar-se-á através de "operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário". Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação do(s) titular(es) das Debêntures, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a ser resgatada, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

6.18 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação desde que observe o disposto no artigo 55,



parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

- 6.19 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 6.20 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e pelas Fiadoras aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").
- 6.21 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.22 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 6.23 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não

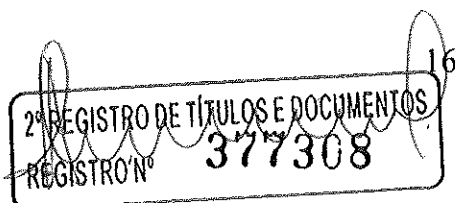


Handwritten signature or mark.

Handwritten signature or mark.

envie referida documentação, a Companhia fará as retenções dos tributos previstos em lei.

- 6.24 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil (assim entendido como qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo) subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja um dia útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.
- 6.25 *Vencimento Antecipado.* O Agente Fiduciário deverá, observado, contudo, o disposto na Cláusula 6.25.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e pelas Fiadoras, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):
- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado da data do respectivo inadimplemento;
 - II. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da comunicação sobre o respectivo inadimplemento;
 - III. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima;
 - IV. invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições) e/ou das Fianças Bancárias, observado o disposto na Cláusula 6.26 abaixo, declarada(s) em decisão da qual não caiba mais recurso;
 - V. questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo fundos de investimento) da

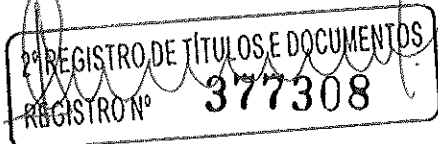


[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Companhia, por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia ("Controlada"), e/ou por qualquer coligada da Companhia, desta Escritura de Emissão;

- VI. questionamento judicial, por qualquer pessoa não mencionada no inciso V acima, desta Escritura de Emissão e/ou das Fianças Bancárias, não sanado de forma definitiva no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data em que a Companhia tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial;
- VII. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- VIII. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso X abaixo; (b) decretação de falência da Companhia; (c) pedido de autofalência formulado pela Companhia; (d) pedido de falência da Companhia, formulado por terceiros, e não devidamente contestado nos termos do artigo 98 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 ("Lei 11.101") no referido prazo legal; ou (e) pedido por parte da Companhia de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- IX. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- X. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto:
 - (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou
 - (b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal,



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento; ou

- (c) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer Controlada da Companhia ou de ações de emissão de qualquer Controlada da Companhia;
- (d) se realizada exclusivamente entre Controladas da Companhia;
- (e) se realizada exclusivamente entre Controladas da respectiva Fiadora; ou
- (f) se atendidas as condições indicadas na Cláusula 6.26 (h) abaixo;

XI. redução de capital social da Companhia abaixo do valor previsto ao mínimo do contrato de concessão, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;

XII. amortização de ações de emissão da Companhia ou reembolso de ações de acionistas da Companhia, nos termos no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, que representem mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia (tendo por base as mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia (conforme definido na Cláusula 7.1, inciso (a) abaixo, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;

XIII. (i) alteração ou transferência do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia, ou (ii) caso as Fiadoras, de outra forma, deixarem de ser controladoras (direta ou indiretamente) da Companhia (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), exceto (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (b) decorrente de sucessão legal, na hipótese de morte de quaisquer pessoas físicas acionistas das Fiadoras; ou (c) alterações ou transferências entre as Fiadoras ou no âmbito dos grupos econômicos das Fiadoras, desde que o controle acionário da Companhia continue a ser exercido conjuntamente pelas Fiadoras, ou suas Controladoras ou Controladas;

XIV. alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo,

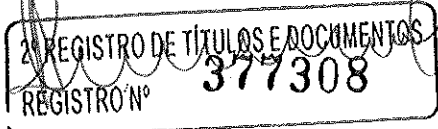


[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

2/3 (dois terços) das Debêntures; ou (b) não resultar em alteração da atividade principal da Companhia;

- XV. extinção, suspensão ou transferência (total ou parcial) do Contrato PPP do Empreendimento, ou qualquer tipo de intervenção, pelo Poder Concedente, no Empreendimento e/ou na Companhia, exceto se no prazo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data de tal extinção, suspensão ou transferência (total ou parcial), a Emissora e/ou as Fiadoras obtiverem um provimento administrativo ou judicial que autorize a regular continuidade das atividades até a renovação ou cessão da intervenção;
- XVI. comprovação de que quaisquer das declarações prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante, desde que não sanada em até 15 (quinze) dias contados do recebimento de notificação neste sentido;
- XVII. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada da Companhia, de qualquer dívida ou obrigação pecuniária da Companhia e/ou de qualquer Controlada da Companhia em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM/Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou seu equivalente em outras moedas, respeitando os eventuais prazos de cura indicados nos respectivos contratos;
- XVIII. vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação da Companhia e/ou de qualquer Controlada da Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, respeitando os eventuais prazos de cura indicados nos respectivos contratos;
- XIX. protesto de títulos contra a Companhia em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data do respectivo protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para a anulação, cancelamento ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (d) o montante protestado foi devidamente quitado pela Companhia;



- XX. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Companhia, em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas;
- XXI. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda ou indisponibilidade por mais de 60 (sessenta) dias corridos, pela Companhia, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta da totalidade ou de parte substancial de seus ativos;
- XXII. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão;
- XXIII. descumprimento do limite de 20% (vinte por cento) do total da dívida de concentração de fiança bancária nos termos das Cláusulas 6.11.2 e 6.11.3 acima; ou
- XXIV. descumprimento, pela Companhia, da obrigação prevista na Cláusula 6.26 abaixo.

6.25.1 Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos I, IV a XIII, XVI a XX, XXII e XXIII da Cláusula 6.25 acima, observados os prazos específicos ali previstos, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.25.2 Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.25.1 acima), o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.7 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá,

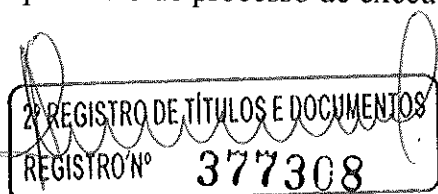


Handwritten signature/initials.

Handwritten signature/initials.

imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

- 6.25.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar, e cada Fiadora obriga-se a pagar, nas respectivas proporções das Fianças, conforme o caso, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso I dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia ou pela respectiva Fiadora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) dias úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso o pagamento acima citado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.
- 6.25.4 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução das Fianças, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução das Fianças, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia e/ou pelas Fiadoras nos termos desta Escritura de Emissão, que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em circulação. A Companhia e as Fiadoras permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Companhia e as Fiadoras, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança por meio de processo de execução judicial.

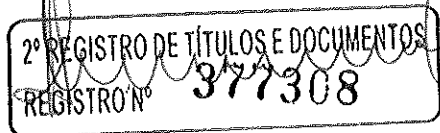


[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

6.26 *Substituição da Garantia.* Se qualquer das Fiadoras incorrer em quaisquer das hipóteses previstas nas alíneas (a) a (n) abaixo, a Companhia ficará obrigada, em até 10 (dez) dias úteis contados da data da ocorrência da respectiva hipótese, a substituir a fiança outorgada pela Fiadora inadimplente por uma carta de fiança bancária emitida por quaisquer das instituições financeiras descritas na Cláusula 6.11.2 acima ("Fiança Bancária" e "Substituição da Garantia", respectivamente), observado o limite previsto na Cláusula 6.11.3 acima:

- (a) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- (b) inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da comunicação do respectivo inadimplemento;
- (c) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade das Fianças (e/ou de qualquer de suas disposições), declaradas em decisão da qual não caiba mais recurso;
- (d) questionamento judicial por qualquer Fiadora, desta Escritura de Emissão e/ou de quaisquer das Fianças;
- (e) questionamento judicial, por qualquer pessoa não mencionada na alínea (d) acima, desta Escritura de Emissão e/ou de quaisquer das Fianças, não sanado de forma definitiva no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data em que a respectiva Fiadora tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial;
- (f) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, de qualquer de suas respectivas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- (g) (i) liquidação, dissolução ou extinção, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária nos termos permitidos pela alínea (i) abaixo; (ii) decretação de falência; (iii) pedido de autofalência; (iv) pedido de falência, formulado por terceiros, e não devidamente contestado nos termos do artigo 98 da Lei 11.101 no referido prazo legal; ou (v) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, independentemente do deferimento do respectivo pedido;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

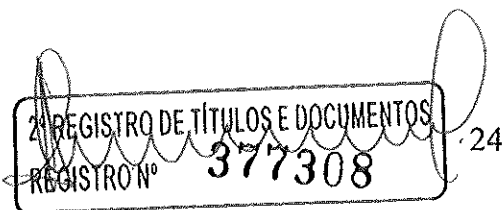
[Handwritten signature]

- (h) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo qualquer das Fiadoras, exceto:
- (i) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou
 - (ii) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação de qualquer das Fiadoras, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento; ou
 - (iii) pela incorporação, pelas Fiadoras (de modo que as Fiadoras sejam a incorporadora), de qualquer de suas respectivas Controladas ou de ações de emissão de qualquer de suas respectivas Controladas; ou
 - (iv) se realizada exclusivamente entre Controladas diretas ou indiretas, Controladoras ou coligadas da respectiva Fiadora;
- (i) alteração ou transferência do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, das Fiadoras, exceto (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; (b) decorrente de sucessão legal, na hipótese de morte de quaisquer pessoas físicas acionistas das Fiadoras; ou (c) quando realizado dentro do grupo Econômico de cada Fiadora;
- (j) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas pelas Fiadoras nesta Escritura de Emissão são falsas ou incorretas em qualquer aspecto relevante;
- (k) inadimplemento, pelas Fiadoras, exceto Odebrecht S.A., de qualquer dívida ou obrigação pecuniária em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) no que se refere à AG ou à OPI e a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no que se refere à CH, atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas;
- (l) vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação das Fiadoras, exceto Odebrecht S.A. em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) no que se refere à AG ou à OPI e a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no que



se refere à CH, atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas;

- (m) protesto de títulos contra as Fiadoras em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) no que se refere à AG ou à OPI e a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no que se refere à CH, atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data do respectivo protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para a anulação, cancelamento ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (d) o montante protestado foi devidamente quitado pela(s) Fiadora(s);
 - (n) inadimplemento, pelas Fiadoras, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, em valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) no que se refere à AG ou à OPI e a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no que se refere à CH, atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas.
- 6.27 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.
- 6.28 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por quaisquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.



Handwritten signature/initials.

Handwritten signature/initials.

I. para a Companhia:

Concessionária Rio Mais S.A.
Avenida Paisagista José Silva de Azevedo Neto, 200, bloco 4, sala 202
22775-056 Rio de Janeiro, RJ
At.: Mauro de Almeida Santos
Telefone: (21) 3311-5369
E-mail: mauro.santos@riomais.net

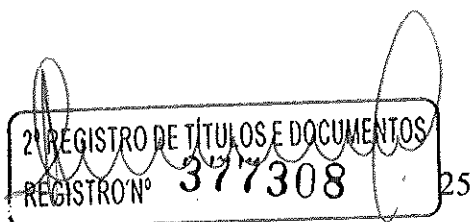
II. para as Fiadoras:

Andrade Gutierrez S.A.
Avenida do Contorno nº 8.123
30110-937 Belo Horizonte, MG
At.: Gustavo Braga Mercher Coutinho
Telefone: (21) 2211-8000
Fac-símile: (21) 2211-8032
E-mail: gustavo.coutinho@agnet.com.br

Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções
Avenida das Américas, 4.430, grs, 201 a 202
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Carlos Fernando de Carvalho
Telefone: (21) 3416-9430
Fac-símile: (21) 3416-9449
E-mail: presidencia@carvalhohosken.com.br

Odebrecht S.A.
Av. Luis Viana, Paralela, nº 2841, Edifício Odebrecht
41730-900 Salvador/BA
At.: Leandro Andrade Azevedo
Telefone: (21) 2559-3000
Fac-símile: (21) 2559-3114
E-mail: azevedol@odebrecht.com

Odebrecht Participações e Investimentos S.A.
Praia de Botafogo, nº 300, 11º andar – parte
22.250-040 Rio de Janeiro/RJ
At.: Leandro Andrade Azevedo
Telefone: (21) 2559-3000
Fac-símile: (21) 2559-3114
E-mail: azevedol@odebrecht.com



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

III. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Av. das Américas, nº 4200 - Bloco 04 - Sala 514
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (*Backoffice* Financeiro) /
Srtª. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br /
juridico@pentagonotrustee.com.br

IV. para CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano
01452-001 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

6.28.1 O Agente Fiduciário está autorizado, mas não obrigado, a verificar ou confirmar que o remetente de qualquer comunicação em nome de quaisquer das partes é uma pessoa autorizada pelas mesmas. As partes, ao utilizarem fac-símile ou correio eletrônico, declaram ter ciência de que tais meios eletrônicos de comunicação não são totalmente seguros e que os dados transmitidos podem extraviar ou ser interceptados e/ou acessados por terceiros não autorizados. O Agente Fiduciário não se responsabiliza pela segurança e/ou confidencialidade dos dados enviados para o Agente Fiduciário mediante o uso desses meios eletrônicos de comunicação, assim como não garante a efetiva recepção de tais dados.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA E DAS FIADORAS

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar em sua respectiva página na Internet (<http://www.riomais.net/>), na mesma data em que ocorrer primeiro entre 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia"), bem como declaração assinada por



Handwritten signatures and initials:
- A large 'S' or 'SL' in the top right.
- A signature 'Petro' in the bottom right.
- A signature 'V' in the bottom right.

representantes legais da Emissora com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão;

(b) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (ii) em até 1 (um) dia útil após sua ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; ou (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada a um Evento de Inadimplemento; ou (iii) informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar (a) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia, de Fiadoras e/ou de qualquer Controlada da Companhia; e/ou (b) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia e/ou de quaisquer das Fiadoras de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ("Efeito Adverso Relevante");
- (iii) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, salvo se houver determinação legal ou administrativa para que referidas informações sejam fornecidas em menor prazo;
- (iv) no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Companhia; e
- (v) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCERJA e nos respectivos cartórios competentes, em até 15 (quinze) dias contados da respectiva data de assinatura.

(c) informar o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e a CETIP sobre a realização de qualquer pagamento antecipado das Debêntures, com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) dias úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;



Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page.

- (d) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa e material a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (e) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou por quaisquer Controladas da Companhia;
- (f) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- (g) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND);
- (h) efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, sendo que as despesas individuais acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais) e/ou as despesas mensais agregadas acima de R\$10.000,00 (dez mil reais) devem, sempre que possível, ser previamente acordadas com a Companhia, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, sem que isto venha a implicar, entretanto, em cerceamento dos direitos dos Debenturistas, de qualquer forma;
- (i) notificar, em até 1 (um) dia útil, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Companhia;
- (j) convocar, imediatamente, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- (k) comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (l) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos da Instrução CVM 476:
 - (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em



[Handwritten signatures and initials]

conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

- (b) submeter as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente aos Coordenadores, ao Agente Fiduciário e à CETIP;
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP; e
- (h) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual do Agente Fiduciário, inclusive organograma societários da Companhia, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias contados da solicitação pelo Agente Fiduciário. O referido organograma do grupo societário da Companhia deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

7.2 A AG, no que se refere à AG, a CH no que se refere à CH, a OPI no que se refere à OPI e a ODB, no que se refere à ODB, obrigam-se individualmente:

- (i) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a



Handwritten signature

Handwritten signature

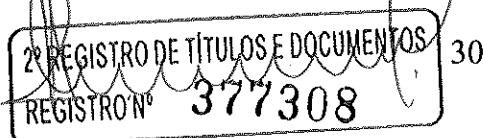
Handwritten signature

data da efetiva divulgação, fornecer ao Agente Fiduciário cópia das suas respectivas demonstrações financeiras consolidadas;

- (ii) na mesma data a que se refere a alínea anterior, fornecer ao Agente Fiduciário declaração firmada por seus representantes legais de que possui patrimônio suficiente para quitar as obrigações objeto da Fiança;
- (iii) em observância da Cláusula 6.26 acima, fornecer ao Agente Fiduciário, em até 1 (um) dia útil após sua ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; ou (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida relacionada a um Evento de Inadimplemento; ou (iii) informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar (a) qualquer efeito adverso relevante na sua situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas suas perspectivas; e/ou (b) qualquer efeito adverso na sua capacidade de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (iv) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa e material a sua capacidade de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (v) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício de suas atividades; e
- (vi) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as suas autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as suas obrigações aqui previstas, inclusive da sua Fiança.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia e as Fiadoras, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. é uma sociedade equiparada a instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- VIII. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 28 ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- X. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28; e
- XI. não tem qualquer ligação com a Companhia e/ou com as Fiadoras que o impeça de exercer suas funções

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia ou de alguma Fiadora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia e de cada Fiadora nos termos desta



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- (a) é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (b) caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição;
- (c) caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- (d) será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- (e) a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- (f) os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- (g) o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso (d) acima; ou (b) a



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso (d) acima não delibere sobre a matéria;

- (h) o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.27 e 6.28 acima; e
- (i) aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fará jus à seguinte remuneração, devida pela Companhia:

8.4.1. Parcela única de R\$6.000,00 (seis mil reais), sendo a referida parcela devida 20 (vinte) dias úteis após a assinatura da Escritura de Emissão.

8.4.2. O pagamento da remuneração descrita acima deverá ser feito ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes, a exceção do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, de responsabilidade de fonte pagadora.

8.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.4.4. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Companhia.

8.4.5. O Agente Fiduciário será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega das cópias dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo, mas não se limitando, a despesas com *conference*



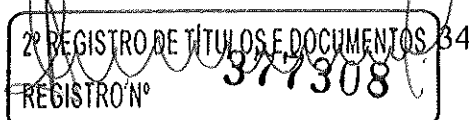
call e contatos telefônicos, viagens, estadias e alimentação, extração de certidões, notificações, publicações, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, assessoria legal aos Debenturistas, entre outros.

8.4.6. O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere a Cláusula 8.4.5 acima por um período superior a 60 (sessenta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração e excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação. Podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Companhia a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

8.4.7. O pagamento da remuneração ao Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário no momento oportuno.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

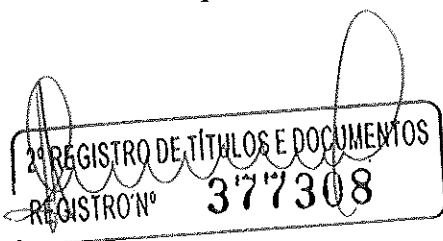
- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;



Assinatura

Assinatura

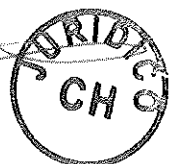
- (b) proteger, exceto se expressamente previsto de maneira diversa, os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- (f) promover nos competentes órgãos, caso a Companhia ou as Fiadoras não o façam, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia e das Fiadoras, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- (j) solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites da razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia ou nas Fiadoras;
- (k) convocar, conforme previsto na Cláusula 9.3 abaixo, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas e enviar à Companhia, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação;
- (l) comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou pelas Fiadoras ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia ou pelas Fiadoras;
 - (ii) alterações estatutárias da Companhia ou das Fiadoras ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (iv) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
 - (vi) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (vii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
 - (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (ix) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia e pelas Fiadoras, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia e de cada Fiadora;
 - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria companhia emissora, por sociedade coligada, controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo fundos de investimento) ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (1) denominação da companhia ofertante; (2) valor da emissão; (3) quantidade de debêntures emitidas; (4) espécie; (5) prazo de vencimento das debêntures; (6) tipo e valor dos bens



Handwritten signature

Handwritten signature

dados em garantia e denominação dos garantidores; e (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e

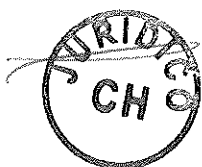
- (xi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso (m) acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede dos Coordenadores;
- (o) publicar, às expensas da Companhia e/ou da respectiva Fiadora, nos termos da Cláusula 6.27 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso (m) acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Companhia, à Instituição Depositária, ao Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) acompanhar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (r) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia e de cada Fiadora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 15 (quinze) dias da ciência de qualquer inadimplemento, pela Companhia ou por qualquer Fiadora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (t) calcular, em conjunto com a Companhia, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, e disponibilizá-lo diariamente aos Debenturistas, à Companhia e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.



Assinado

[Handwritten signatures and initials]

- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia ou por qualquer Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.25 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- (a) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
 - (b) executar as garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas ou requerer a falência da Companhia e da Fiadora, se ainda não existirem garantias reais;
 - (c) tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - (d) representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia ou das Fiadoras.
- 8.7 Observado o disposto nas Cláusulas 6.25, 6.25.1 e 6.25.2 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos (a), (b) e (c), se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso (a), será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.
- 8.8 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Companhia ou pelas Fiadoras ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Companhia e das Fiadoras, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia e das Fiadoras, conforme o caso, elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 8.9 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.
- 8.10 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

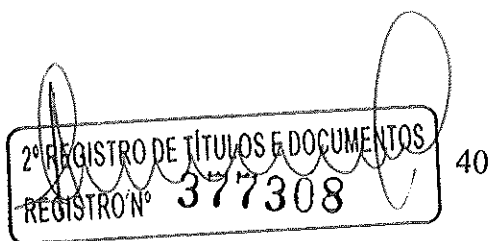
- 8.11 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Companhia, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Companhia. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
- 8.12 O Agente Fiduciário responderá pelos prejuízos que causar por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária, desde que arbitrados em juízo por sentença transitada em julgado, da qual não caibam recursos em qualquer instância.
- 8.13 Na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário para a Companhia.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 2 (duas) vezes nos termos da Cláusula 6.26 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.



- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 A presidência das assembleias gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.
- 9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações propostas pela Emissora, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da assembleia geral dos Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) dos quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (b) das disposições estabelecidas nesta Cláusula; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto nas Cláusulas 6.15.1 e 6.15.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) das Fianças previstas nesta Escritura de Emissão; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo; (h) de qualquer Evento de Inadimplemento; ou (i) das disposições estabelecidas na Cláusula 6.26, relativas à Substituição de Garantia.
- 9.7 Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Companhia, às Fiadoras ou a qualquer controladora ou Controlada, direta ou indireta, da Companhia, das Fiadoras ou qualquer de seus respectivos diretores ou conselheiros.
- 9.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia e de cada Fiadora nas assembleias gerais de Debenturistas.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

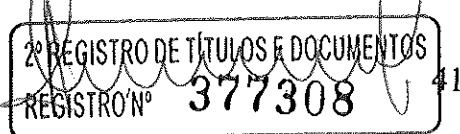
[Handwritten signature]

- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DAS FIADORAS

10.1 A Companhia e cada Fiadora neste ato declaram que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, inclusive, no caso das Fiadoras, as respectivas Fianças, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- (d) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas, inclusive, no caso das Fiadoras, as respectivas Fianças, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Companhia e das Fiadoras, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia e das Fiadoras, em observância ao princípio da boa-fé;
- (f) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- (g) as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquela data e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- (h) os documentos, informações e materiais informativos fornecidos por escrito ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos;



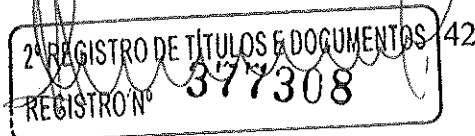
Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

- (i) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações aqui previstas, inclusive, no caso das Fiadoras, das respectivas Fianças, e a Oferta (a) não infringem seus respectivos estatutos sociais; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia ou qualquer Fiadora seja parte e que possa afetar de forma material as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia ou de qualquer Fiadora que afete de maneira adversa e material a capacidade de sua geração de caixa; e (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos que afete de maneira adversa e material a capacidade de sua geração de caixa; (ii) criação de qualquer Ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia ou de qualquer Fiadora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (j) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Companhia ou de cada Fiadora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (k) exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Companhia ou de qualquer Fiadora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, estão em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- (l) exceto pelas contingências informadas nas demonstrações financeiras da Companhia ou das Fiadoras, conforme o caso, desconhece a existência de (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa ter um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Companhia ou da respectiva Fiadora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii)



Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão ou a Fiança AG ou a Fiança CH ou a Fiança OPI ou a Fiança ODB; e

- (m) não há qualquer ligação entre a Companhia, qualquer Fiadora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

10.2 A Companhia, irrevogável e irretratável, se obriga a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.3 A Companhia e as Fiadoras, assim que ciente, comprometem-se imediatamente a notificar o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes e que possam ter um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Companhia ou da respectiva Fiadora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão.

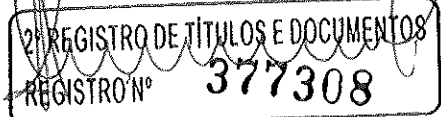
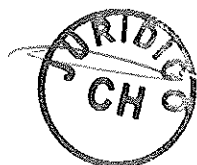
11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária, do Banco Mandatário e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures ("Despesas").

11.2 A Companhia obriga-se a reembolsar os Debenturistas ou o Agente Fiduciário por quaisquer Despesas que os Debenturistas ou o Agente Fiduciário venham a incorrer, desde que razoáveis e devidamente comprovadas.

12. RENÚNCIA

12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Companhia ou de qualquer Fiadora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia e por cada Fiadora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten initials

13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").
- 13.2 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 14.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 14.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 14.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

15. LEI DE REGÊNCIA

- 15.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.



Handwritten signature/initials.

Handwritten signature/initials.

Handwritten signature/initials.

16. FORO

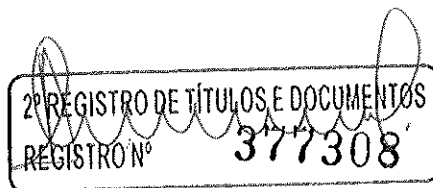
- 16.1 Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2012.

(As assinaturas seguem nas 7 (sete) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



A handwritten signature in the bottom center of the page.

A handwritten signature in the bottom right of the page.

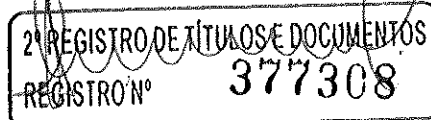
A handwritten signature in the bottom right of the page.

Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A., celebrada em 10 de dezembro de 2012 entre a Concessionária Rio Mais S.A., Andrade Gutierrez S.A., Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, Odebrecht Participações e Investimentos S.A., Odebrecht S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 1/7.

CONCESSIONÁRIA RIO MAIS S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

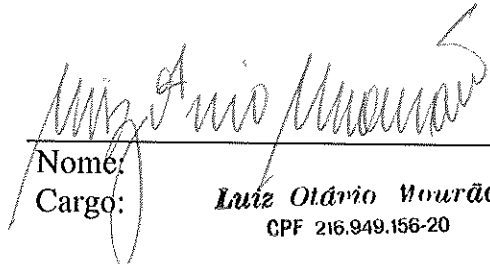


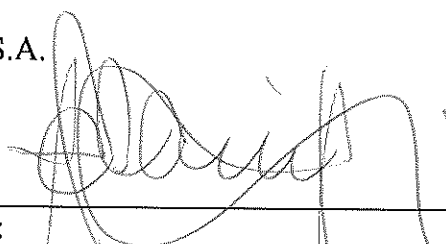
[Handwritten signature]

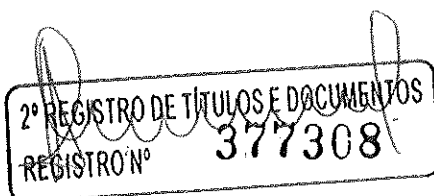
[Handwritten signature]

Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A., celebrada em 10 de dezembro de 2012 entre a Concessionária Rio Mais S.A., Andrade Gutierrez S.A., Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, Odebrecht Participações e Investimentos S.A., Odebrecht S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 2/7.

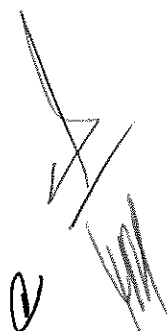
ANDRADE GUTIERREZ S.A.


Nome: _____
Cargo: _____
Luiz Olávio Mourão
CPF 216.949.156-20


Nome: _____
Cargo: _____
Ricardo H. L. Campolina
CPF 156.119.906-06

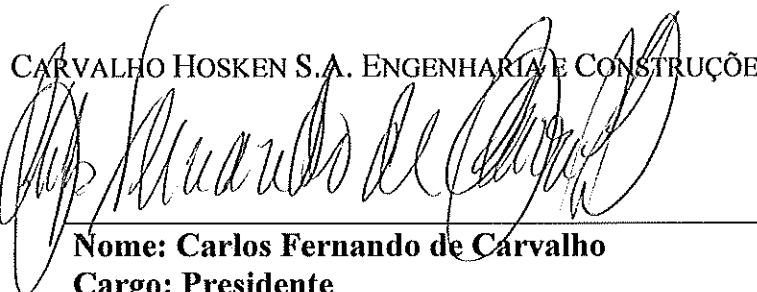




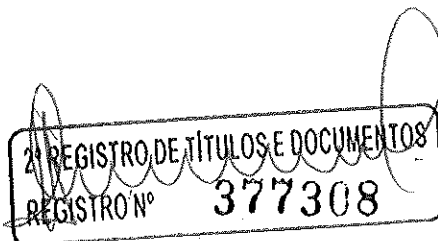


Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A., celebrada em 10 de dezembro de 2012 entre a Concessionária Rio Mais S.A., Andrade Gutierrez S.A., Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, Odebrecht Participações e Investimentos S.A., Odebrecht S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 3/7.

CARVALHO HOSKEN S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES



Nome: Carlos Fernando de Carvalho
Cargo: Presidente



Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A., celebrada em 10 de dezembro de 2012 entre a Concessionária Rio Mais S.A., Andrade Gutierrez S.A., Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, Odebrecht Participações e Investimentos S.A., Odebrecht S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 4/7.

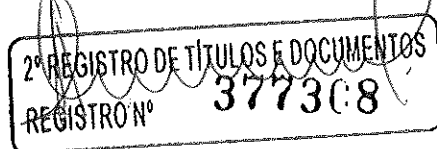
ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



[Handwritten signature]

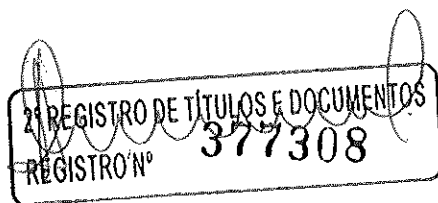
[Handwritten signature]

Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A., celebrada em 10 de dezembro de 2012 entre a Concessionária Rio Mais S.A., Andrade Gutierrez S.A., Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, Odebrecht Participações e Investimentos S.A., Odebrecht S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 5/7.

ODEBRECHT S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



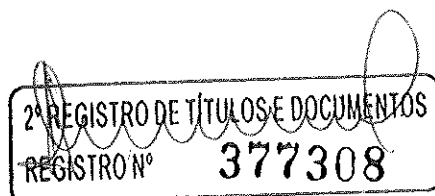
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A., celebrada em 10 de dezembro de 2012 entre a Concessionária Rio Mais S.A., Andrade Gutierrez S.A., Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, Odebrecht Participações e Investimentos S.A., Odebrecht S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 6/7.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Marcelle Notta Santoro
Nome: MARCELLE NOTTA SANTORO
Cargo: PROCURADORA



[Handwritten signature]

Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A., celebrada em 10 de dezembro de 2012 entre a Concessionária Rio Mais S.A., Andrade Gutierrez S.A., Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, Odebrecht Participações e Investimentos S.A., Odebrecht S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 7/7.

Testemunhas:

Renata Werneck Dias

Nome: RENATA R. WERNECK DA S. DIAS

Id.: 111 777 591-5 IPR/RJ

CPF: 086.525.377-39

Edoardo Alves Mota T. Jorge

Nome: EDUARDO ALVES MOTA T. JORGE

Id.: 224 29 778-8 DIC/RJ

CPF: 138.041.347-85

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 377308



CARTÓRIO SANTOS SILVA

2º Registro de Títulos e Documentos

Rua da Espanha, nº 02 - 5º Andar - Comércio - Salvador / BA

Protocolo nº 00011733 - Livro A-35.

Registro nº 00377308 - Livro B-1.

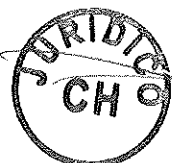
O QUE CERTIFICO

Salvador-BA, 07/01/2013

Maria Luiza dos Santos Silva Abbehusen
Maria Luiza dos Santos Silva Abbehusen - Oficial

Daniele Gomes Nascimento Tudela - Substituta

Custas Emol. 7.738,00 Taxa Fiscalizaç. 4.178,50 Total: 11.916,50



10/01/2013

[Handwritten signature]